



Artigo Original

Preceptor na Atenção Básica do sus: qual o seu papel no fomento do Controle Social durante o estágio?

Preceptor in Basic Sus Care: What is Your Role in Focusing Social Control During Internship?

Preceptor en el cuidado básico del sus: ¿cuál es su papel en enfocar el control social durante la práctica?

Eladja Oliveira Santos¹, Josineide Francisco Sampaio²

¹ Assistente Social, Mestre em Ensino na Saúde. Universidade Federal de Alagoas. Maceió (AL), Brasil.

² Doutora Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ. Docente da Faculdade de Medicina (FAMED/UFAL).

<https://doi.org/10.28998/rpss.e02106033>

Recebido em: 27/01/2021

Aceito em: 11/06/2021

Disponível online: 01/10/2021

Autor Correspondente:

Eladja Oliveira Santos

Email: eladja_servicosocial@hotmail.com



RESUMO

Disponibilizar aos profissionais da saúde, usuários e estudantes recursos áudio visual sobre controle social na saúde e contribuir para Educação Permanente em Saúde dos trabalhadores do SUS. A elaboração do vídeo ocorreu no programa @Powtoon que disponibiliza uma versão gratuita. Foi construído um roteiro abordando aspectos mais importantes relacionados a legislação e estudos voltados para temática do controle social, formação em saúde e preceptoria. Espera-se que o vídeo possa contribuir para formação de diversos atores sociais (preceptores, estudantes, gestores e professores) que vivenciam o Sistema Único de Saúde seja na figura de usuários (as) e/ ou como profissionais que atuam no fortalecimento dessa política. O vídeo educativo permite fácil acesso e divulgação em diversos canais e redes sociais, permitindo sua replicação em diversos locais de formação em saúde.

Descritores: controle social; formação em saúde; atenção básica.

ABSTRACT

To provide health professionals, users and students with audiovisual resources on social control in health and contribute to Permanent Health Education for SUS workers. The video was created using the @Powtoon program, which provides a free version. A script was constructed addressing the most important aspects related to legislation and studies focused on social control, health education and preceptorship. It is hoped that the video can contribute to the formation of several social actors (preceptors, students, managers and teachers) who experience the Unified Health System either as users and / or as professionals who work to strengthen this policy. The educational video allows easy access and dissemination in several channels and social networks, allowing its replication in different places of health education.

Descriptors: social control; health training; basic attention.

RESUMEN

Dotar a los profesionales de la salud, usuarios y estudiantes de recursos audiovisuales sobre control social en salud y contribuir a la Educación Permanente en Salud para los trabajadores del SUS. El video fue creado usando el programa @Powtoon, que ofrece una versión gratuita. Se elaboró un guión que aborda los aspectos más importantes relacionados con la legislación y los estudios enfocados al control social, la educación para la salud y la tutela. Se espera que el video pueda contribuir a la formación de varios actores sociales (preceptores, estudiantes, gerentes y docentes) que viven el Sistema Único de Salud ya sea como usuarios y / o como profesionales que trabajan para fortalecer esta política. El video educativo permite un fácil acceso y difusión en varios canales y redes sociales, permitiendo su replicación en diferentes lugares de educación para la salud.

Descritores: control social; capacitación en salud; atención básica.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 garante direitos importantes para população, como o acesso à educação, moradia, segurança, assistência social, entre outros. O direito à saúde a toda população sem distinção de raça, cor, etnia, renda tem sido inovador nessa Carta Magna. Merece destaque, o papel do Estado como garantidor desses direitos e a participação da população na gestão da política de saúde (1).

Os espaços de participação social são definidos pela Lei nº 8.142/1990 que estabelece os Conselhos de Saúde e Conferências com espaços legítimos de participação da população, contribuindo para efetivação da política de saúde e o Controle Social. Com seu caráter deliberativo e permanente os conselhos devem funcionar no âmbito municipal, estadual e federal. Sua composição é definida da seguinte forma: 50% pelo segmento usuário, 25% gestão e prestadores de serviços, e 25% pelos trabalhadores da saúde (2).

A participação dos trabalhadores nos conselhos fortalece a política de saúde, entretanto, esse espaço tem sido pouco ocupado por esse segmento. O controle social tem sido impermeável à formação em saúde. O quadrilátero da formação que envolve gestão, ensino, serviço e controle social precisa ser vivenciado pelos estudantes. Percebe-se uma fragilidade na formação e na qualificação profissional (3). A reordenação da formação profissional ficou a cargo do Sistema Único de Saúde (SUS) como estabelece a Lei nº 8.080/1990. Essa responsabilidade se dá nos diversos níveis de formação tecnológica, graduação e pós-graduação (4).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que foram implementadas a partir de 2001 são resultados da parceria entre Ministérios da Saúde e da Educação. Mudanças nas Matrizes Curriculares (MC), nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) sinalizam transformações na formação profissional e inserção dos estudantes em diversos cenários de ensino-aprendizagem (5). Buscando contribuir para a preparação dos profissionais no serviço, a proposta de Educação Permanente em Saúde (EPS) para este público é um dos caminhos traçados, através de uma formação que gere mudanças no processo de trabalho e nos serviços ofertados para população (6).

Os Mestrados profissionais (MP) têm sido grandes estratégias para qualificar os recursos humanos que estão nos serviços. Desde 2010, foram abertos diversos programas de pós-graduação nessa modalidade por todo o país. Buscando integrar o mundo do trabalho com conhecimento teórico, os mestrados profissionais contribuem para uma intervenção profissional mais coerente com preceitos do SUS (7).

Um dos requisitos para conclusão do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde (MPES) da Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) está a elaboração de um produto educacional. A confecção deste produto é resultado da pesquisa Controle Social na formação dos discentes: contribuição da preceptoría na Atenção Básica.

O produto é um dos elementos que compõe o Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TACC) e é escolhido de

forma que contribua para minimizar as lacunas elencadas durante a investigação. Para validação do produto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estabelece os seguintes critérios:

1. *Validação Obrigatória do produto por comitês ad hoc, órgão de fomento ou banca de dissertação,*
2. *Registro do Produto, que expressa sua vinculação a um sistema de informações em âmbito nacional ou internacional []],*
3. *Utilização nos sistemas de educação, saúde, cultura ou CT&I, que expressa o demandante ou o público-alvo dos produtos, e*
4. *Acesso livre (on-line) em redes fechadas ou abertas, nacionais ou internacionais, especialmente em repositórios vinculados a Instituições Nacionais, Internacionais, Universidades, ou domínios do governo na esfera local, regional ou federal (8).*

O vídeo-animado refere-se ao papel do preceptor no fomento do controle social durante o exercício da preceptoría. O preceptor da Atenção Básica (AB) tem papel importante na formação dos estudantes. Durante o estágio desenvolvem atividades que permitem aos discentes conhecer o cenário de prática onde estão inseridos, o desenvolvimento de competências e habilidades gerais e específicas, as dificuldades e possibilidades do fazer profissional e, também, perceber como os princípios e diretrizes do SUS são vivenciados por usuários, profissionais, estudantes e gestores (9).

Os vídeos são ferramentas interessantes que abordam o conteúdo de forma leve, direta, possibilitando a utilização de conteúdo teórico proporcionando o ensino-aprendizagem (10). Outras possibilidades de produtos foram pensadas, mas optamos pelo vídeo pela facilidade de acesso e divulgação nas mídias sociais. Acredita-se que o vídeo possa ajudar na formação dos preceptores e outros atores que contribuem para a formação dos discentes.

MÉTODO

Para elaboração do vídeo educacional foi pesquisado na internet programa que trabalhasse com vídeo animação. Entre os encontrados, optamos por Powtoon por ter ferramentas mais acessíveis, por possibilitar a edição do vídeo livremente, e por ser ofertado gratuitamente uma versão mais simples. O Powtoon pode ser acessado em: <https://www.powtoon.com/account/login/>. O usuário precisa fazer uma conta informando e-mail e senha.

A construção do vídeo seguiu algumas etapas como a elaboração de um roteiro com as informações mais pertinentes, sempre dialogando com a literatura que abordava a temática, como: história da política de saúde, construção do Sistema Único da Saúde com promulgação da Constituição Federal de 1988, Lei nº. 8.080/1990 e Lei nº. 9142/1990, Diretrizes Curriculares Nacionais e Educação Permanente em Saúde.

Em seguida, foi feita a criação de cada cena diretamente no programa Powtoon. Para finalizar, foi importado para acesso livre e gratuito no Youtube. Acesso ao vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=HntSPH5D3Xc&t=17s>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os produtos de mestrados profissionais permitem a construção de materiais educativos que fortalecer a formação em saúde e respondem inquietações elencadas por seus pesquisadores (7). A escolha do tipo de produto deve levar em consideração sua abrangência e acessibilidade. A utilização do vídeo como recurso educacional permite um acesso livre e compartilhamento rápido nas redes sociais, atingindo profissionais de vários locais do país e de diversas nível de atenção à saúde.

O vídeo pode ser utilizado com estudantes durante o estágio, com preceptores nas atividades de educação continuada e de Educação Permanente em Saúde. Por abordar uma temática tão importante e pertinente para fortalecimento do SUS e formação profissional pode aproximar diversos atores sociais desse tema.

CONCLUSÃO

Espera-se que através do vídeo educacional, profissionais preceptores possam inserir no cotidiano da sua atuação junto aos estudantes atividades que fortaleçam o controle social. Além disso, que os profissionais, gestores, conselhos de saúde, docentes, discentes percebam a importância de trabalhar a temática na formação, seja nos espaços acadêmicos, como nos serviços.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde. Constituição Federal de 1988 (Artigos 196 a 200) [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 1988 [citado 2020 out 24]. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofede
2. Lei n.8.142, de 28 de dezembro de 1990 (BR). Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990. Diário Oficial da União [internet]. 1990 dez 31 [citado 2020 out 23]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
3. Ceccim RB, Feuerwerker LCM. O quadrilátero da formação para a área da saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *Physis* [periódico na internet]. 2004 [citado 2020 out. 23]; 14(1): 41-65. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312004000100004&script=sci_abstract&tlng=es
4. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BR). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União [internet]. 1990 set 20 [citado 2020 out 23]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
5. Varela DSS, Carvalho MMB, Barbosa MUF, Silva IZF da, Gadelha RRM, Machado, MFAS. Diretrizes Curriculares Nacionais e a Formação de Profissionais para o SUS. *REBES* [periódico na internet]. 2016 [citado 2020 out. 23]; 6(3):39-43. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/3928/3865>
6. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº198/GM em 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
7. Ribeiro A, Oliveira M, Vilela RB. Contribuições do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde na Trajetória Profissional de seus Egressos: uma visão qualitativa. *Atas CIAIQ2017* [periódico na internet]. 2017 [citado 2020 out. 23]; 1(0):17-25. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/>

<index.php/ciaiq2017/article/view/1314/1273>

8. Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Avaliação da CAPES aponta crescimento da pós-graduação brasileira. Brasília, DF: CAPES; 2016.
9. Cerqueira PA. formação pedagógica de preceptores dos estudantes da área da saúde: uma conversa em três tempos. In: Brant V. Formação pedagógica de preceptores do ensino em saúde. Juiz de Fora. UFJF; 2011 [citado 2020 out. 24]; 67-75.
10. Lima VS, Azevedo NAA, Guimarães JMX, Pereira MM, Agostinho Netto J, Souza LM, et al. Produção de vídeo educacional: estratégia de formação docente para o ensino na saúde. *RECIIS – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde* (Rio de Janeiro) [periódico da internet]. 2019 [citado 2020 out. 24]; 13(2): 428- 38. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1594b/2282>

Como citar

Santos EO, Sampaio JF. Preceptor na atenção básica do SUS: qual o seu papel no fomento do controle social durante o estágio? *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, 6 (único):e02106033. DOI:10.28998/rpss.e02106033.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.